

Solidez na indústria, recuperação estruturada

Presidente da ABCP conta o que esperar da economia e da participação da construção civil no processo de retomada do país pós-pandemia.

A tão esperada retomada econômica do país parece estar a caminho e, na construção civil, o cimento é parte essencial desse processo. É o que conta Paulo Camillo Vargas Penna, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), sobre as expectativas para esse ano. “No caso da tão desejada recuperação econômica e de consumo, a indústria do cimento tem papel crucial para uma retomada estruturada”, explica. Segundo ele, apenas os leilões já licitados no último mês geraram R\$ 48 bilhões de investimentos em terminais portuários, metrô, rodovias, ferrovias e aeroportos. Apesar disso, o cenário aguarda a indústria com muitos desafios. Confira a entrevista completa e exclusiva com a *Téchne*.



PAULO CAMILLO VARGAS PENNA

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC-MG, MBA em Desenvolvimento de Projetos, é Presidente Executivo da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) e do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC). Possui vivência de mais de 30 anos em altos cargos executivos no setor público, empresas e entidades nacionais representativas de diversos segmentos, tais como, Presidente da Fundação TV Minas – Cultural e Educativa, diretor da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (ABRALATAS), Diretor e, posteriormente, Vice-Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Extração do Ferro e Metais Básicos (SINFERBASE), Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e Vice-Presidente do Grupo AES Brasil. Integrante de conselhos e fóruns empresariais no País e no exterior como membro do Fórum Nacional da Indústria (FNI) e Conselho de Infraestrutura da CNI, diretor eleito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), membro do Conselho de Administração da Federação Interamericana de Cimento (FICEM) e integrante do Global Cement and Concrete Association (GCCA). Tem ativa participação na mídia nacional e internacional.



A indústria brasileira de cimento teve um crescimento acumulado de 19% no primeiro trimestre de 2021. O setor da construção parece manter a perspectiva de crescimento e recuperação para este ano. Como a ABCP enxerga as perspectivas do mercado para os próximos meses?

Apesar dos resultados positivos no primeiro trimestre, a indústria do cimento ainda tem enormes desafios para 2021. O cenário, até então, permitia uma projeção de crescimento entre 1% e 2% no consumo. No entanto, isso mudou e diante das incertezas macroeconômicas, do ritmo lento da vacinação normal e a indefinição com relação às reformas tributária e administrativa pelo congresso nacional. Ademais, os significativos reajustes de preços de coque (energia térmica da indústria), energia elétrica, refratários, embalagens e peças de reposição, todos eles impactados pela alta do câmbio vem afetando o desempenho da indústria. Por tudo isso, a estimativa de performance do setor será revista a partir do segundo semestre.

Na contramão dos resultados do período, as vendas de cimento por dia útil em março, melhor indicador do setor, tiveram uma

queda de 6,3% na comparação com o mês de fevereiro deste ano. Alguns atribuem esta queda às restrições de circulação impostas pela pandemia. Como a ABCP analisa esses dados e qual a percepção da entidade sobre as restrições sanitárias por conta da Covid-19-19?

Nossa percepção é de cautela. Em razão das restrições de circulação logo no início da pandemia, o setor da construção contava com 20% de paralisação das obras imobiliárias. Mas com a definição desta atividade como essencial para a economia e a adoção de protocolos e medidas sanitárias, a retomada se efetivou ao longo do ano e contribuiu para o aumento de demanda de cimento principalmente puxada pela construção residencial e a autoconstrução nas reformas residenciais e comerciais. Recentemente, a retomada do auxílio emergencial com um menor valor e abrangência, a redução do estoque de obras imobiliárias somados ao aumento do desemprego, da desconfiança do consumidor e empresários, a alta da taxa de juros, o repique inflacionário (que pode chegar a 6% no acumulado em 12 meses em meados do primeiro semestre) levam o setor cimenteiro a ver

“Apesar dos resultados positivos no primeiro trimestre, a indústria do cimento tem enormes desafios para 2021. O cenário permitia uma projeção de crescimento entre 1% e 2% no consumo. No entanto, isso mudou e diante das incertezas macroeconômicas, do ritmo lento da vacinação e a indefinição com relação às reformas tributária e administrativa pelo congresso.”

“Nossa expectativa é a retomada de importantes obras de infraestrutura, projetos subsequentes à aprovação do novo marco legal do saneamento como os leilões da Grande Maceió e CEDAE no Rio de Janeiro e o sucesso de diversos segmentos desse setor durante todo mês de abril.”

com cautela o desempenho dos próximos meses.

Nossa expectativa é a retomada de importantes obras de infraestrutura, projetos subsequentes à aprovação do novo marco legal do saneamento como os leilões da Grande Maceió e CEDAE no Rio de Janeiro e o sucesso de diversos segmentos desse setor durante todo mês de abril.

Apenas os leilões já licitados no último mês geraram R\$ 48 bilhões de investimentos em terminais portuários, metrô, rodovias, ferrovias e aeroportos. Ainda há um bom estoque de novas concessões e de ativos a serem disputados com destaque para rodovia Presidente Dutra, Aeroportos de Congonhas e Santos do Dumont e a rodovia Ferrogrão, entre outros.

No tocante às restrições sanitárias por conta da Covid-19, a ABCP entende que a manutenção das atividades essenciais como a construção civil é importante que sejam seguidos todos os protocolos e respeitadas às medidas recomendadas pelos principais órgãos de saúde do país e do mundo.

Fale sobre os efeitos do sistema tributário brasileiro no setor da construção, com ênfase na indústria do cimento. De que maneira a unificação do PIS/Cofins pode afetar o setor?

No caso da tão desejada recuperação econômica e de consumo, a indústria do cimento tem papel crucial para uma retomada estruturada. Neste contexto, em relação aos

projetos da Reforma Tributária que tramitam no Congresso Nacional, há de se avaliar os efeitos junto à cadeia da construção civil e seus integrantes indicam que o setor sofrerá um aumento de sua carga tributária.

O negócio Concreto, que está diretamente ligado à indústria do cimento hoje possui incidência dos tributos ISS, PIS e COFINS. Neste caso, há uma grande preocupação para que não ocorra aumento considerável da carga tributária. A atual alíquota do ISS acrescida das contribuições ao PIS e da COFINS (o setor da construção permanece na cumulatividade) significam um percentual menor do que as propostas do novo IBS, por exemplo.

A indústria do cimento é a favor de qualquer medida que venha simplificar e desburocratizar impostos. Diante disso, uma política pública deve contemplar diretrizes específicas que possam mitigar o risco de destruição da capacidade produtiva desta indústria, que já vem muito abalada devido a crise entre 2015-2018 e, mesmo com os crescimentos dos últimos dois anos, ainda não passa por um processo de recuperação estando ainda distante do desempenho verificado em 2014, último ano positivo antes da crise.

Mais do que suprir a construção civil como um todo, o setor tem entre os seus ativos e desenvolve tecnologia e capacidade de entregar as soluções com eficiência

produtiva, qualidade e respeito ao meio ambiente.

A expressiva alta dos preços dos insumos no setor da construção tem afetado a cadeia produtiva como um todo. No caso do cimento, de que maneira esse aumento de preços tem sido verificado? Em que medida tem afetado no consumo do material?

O cimento brasileiro é um dos mais baratos do mundo. O preço da tonelada em outros países é:

- EUA — US\$130 (R\$700)
- Canadá — US\$95 (R\$500)
- Espanha — US\$85 (R\$450)
- Marrocos — US\$104 (R\$560)
- Argentina — US\$83 (R\$440)
- Uruguai — US\$128 (R\$690)

Durante o ano de 2020 além da pressão dos custos dos insumos produtivos, a forte demanda por cimento, os investimentos para reativar fábricas e linhas de produção paralisadas também impactaram nos preços. Com as informações disponíveis de mercado internacional e nacional, temos um cenário extremamente “ácido” como vemos abaixo:

- Vários insumos básicos, como energia térmica (coque de petróleo, em dez/19 era US\$30 para US\$78,5 em fev/21, preços FOB) e elétrica, têm tido aumento;
- A desvalorização cambial (refletindo nos combustíveis, itens de manutenção, refratários etc.) também tem sua parcela de impacto enorme nos custos de produção;
- Aumentos expressivos nos custos logísticos;

“A indústria do cimento é a favor de qualquer medida que venha simplificar e desburocratizar impostos. Diante disso, uma política pública deve contemplar diretrizes específicas que possam mitigar o risco de destruição da capacidade produtiva desta indústria, que já vem muito abalada devido a crise entre 2015-2018 e, mesmo com os crescimentos dos últimos dois anos, ainda não passa por um processo de recuperação estando ainda distante do desempenho verificado em 2014, último ano positivo antes da crise.”



• **Aumento de insumos de papel/papelão (embalagens) e refratários.** Já a pressão de demanda, avaliando de forma anualizada, os volumes de pico obtidos no segundo semestre de 2020 chegaram a valores da ordem de 70 milhões de toneladas, número próximo ao recorde histórico de produção, atingido em 2014. Só foi possível atender essa forte e crescente demanda graças a uma série de ações realizadas pela indústria do cimento, como retomada de linhas desativadas (custo médio de R\$10 milhões para cada linha), reforço e ampliação dos turnos de trabalho, aumento do regime de operação dos equipamentos, aquisição de matérias-primas e insumos, mesmo a um custo mais elevado, adequação das equipes comerciais e de logística, infraestrutura de carregamento e expedição, investimento em protocolos de higiene e vigilância sanitária, promovendo transferências de produtos entre as regiões, (implicando assim em custos logísticos adicionais). Portanto, é importante deixar claro que a indústria cimenteira não administra capacidade e produção para influenciar condições de mercado.

No dia 21 de abril a agência Bloomberg anunciou que a fabricante de cimento LafargeHolcim, a maior do setor, estaria articulando a venda de suas operações no Brasil. Como a ABCP enxerga a saída do mercado nacional de um player importante como este? Há alguma estratégia para evitar a transação?

O Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) informa que não se manifesta sobre as decisões e as estratégias de negócios das fabricantes de cimento e no caso referido, não há até a presente data nenhuma manifestação oficial da empresa referente ao assunto.

.....

Falando sobre sustentabilidade, de que maneira o setor do cimento tem se adaptado à Economia Circular? Fale sobre a recém aprovada Resolução Conama 499/20, que deverá impulsionar o coprocessamento dos resíduos, alinhada com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, PNRS.

A modernização do licenciamento da atividade do coprocessamento por meio da aprovação da resolução Conama 499/20, é um passo importantíssimo para o país no que se refere a agenda

ambiental. A nova resolução – que revoga a resolução 264/99, em vigor por mais de 20 anos, reconhece o desenvolvimento tecnológico e de pesquisas, além dos inúmeros investimentos realizados ao longo destes anos em relação às operações do coprocessamento. Reflete uma adequação da legislação aos conceitos de economia circular, economia de baixo carbono e uso sustentável dos recursos naturais. A resolução 499/20 irá estimular o coprocessamento dos mais variados tipos de resíduos, todos realizados de forma segura, controlada e integralmente alinhada com os objetivos do país, especialmente no que se refere à PNRS (Política Nacional de Resíduos) e ao Programa Nacional Lixão Zero.

As principais inovações da nova resolução incluem melhorias visando modernizar e padronizar o processo de licenciamento, aumentar a eficiência e eficácia dos controles e da segurança jurídica e permitir o aumento da utilização de combustíveis alternativos, particularmente os resíduos sólidos urbanos.

Com isso, a indústria do cimento pretende aumentar a utilização destes combustíveis alternativos dos 23% atuais para 55% até 2050, evitando a emissão de cerca de 420 milhões

de toneladas de CO₂ até lá.

A evolução da tecnologia do coprocessamento traz uma destinação definitiva aos resíduos urbanos e industriais e de passivos ambientais, bem como promove uma fonte alternativa de energia, apoia a preservação de recursos naturais, além é claro de fomentar ecossistemas cada vez mais sustentáveis.

O coprocessamento está inserido no mais amplo conceito de economia circular, já que os resíduos são reinseridos na cadeia produtiva, minimizando os impactos ambientais, além de impulsionar a atividade econômica e bem estar social, a geração de renda, novos empregos e a contribuição à saúde pública o que impactará positivamente a vida de milhares de brasileiros.

.....

A ABCP completa 85 anos em 2021. Fale sobre as contribuições da entidade (a participação na fundação da ABNT, por exemplo), perspectivas para o futuro e o espectro de atuação junto à cadeia produtiva do cimento e da construção civil no país.

De fato, há muito o que celebrar nos 85 anos da ABCP. Graças ao seu trabalho pioneiro e longo, hoje a matéria-prima do concreto tem presença

“Ao longo de nossa história, iniciada em 1936, a associação lidera e reúne centenas de experiências exitosas de desenvolvimento tecnológico e mercadológico no uso do cimento, principal matéria-prima do concreto e base das construções brasileiras. Por isso, em uma rápida retrospectiva registramos alguns desses marcos históricos que se confundem em momentos importantes para a construção civil nacional e com o próprio desenvolvimento do país.”

assegurada em milhões de edificações, rodovias e vias urbanas, barragens, equipamentos urbanos, portos e aeroportos do país. Essas obras, mais do que capital investido, representam qualidade de vida e segurança para milhões de pessoas.

Ao longo de nossa história, iniciada em 1936, a associação lidera e reúne centenas de experiências exitosas de desenvolvimento tecnológico e mercadológico no uso do cimento, principal matéria-prima do concreto e base das construções brasileiras. Por isso, em uma rápida retrospectiva registramos alguns desses marcos históricos que se confundem em momentos importantes para a construção civil nacional e com o próprio desenvolvimento do país.

Somos uma das fundadoras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do Ibracon (Instituto Brasileiro do Concreto) e contribuímos diretamente ao ciclo desenvolvimentista do Brasil entre 1945 e 1960.

O apoio estratégico seguiu na década de 70. Junto com os Ministérios das Minas e Energia e de Transportes assinamos o “Protocolo 1979” (Protocolo do Carvão), cujas pesquisas contribuíram para reduzir o

consumo de derivados de petróleo na produção do cimento.

A economia e o desenvolvimento econômico do país também sempre receberam uma atenção especial. Além de participar ativamente de fóruns empresariais, em 2018 nos aliamos a outras 25 entidades para fundar a Coalizão pela Indústria com o objetivo de defender uma agenda estratégica para a construção e ser interlocutor da indústria nacional junto ao governo federal – o que vem ocorrendo desde então.

Além de tecnologias tradicionais colocadas no mercado, há décadas trabalhamos junto ao SNIC (Sindicato Nacional da Indústria do Cimento) em temas extremamente relevantes ao país, como meio ambiente, sustentabilidade e racionalidade energética. Nesse aspecto, vale destacar a contribuição de ambos para a consolidação do coprocessamento de resíduos sólidos urbanos em fornos de cimento, um dos pilares do Roadmap Tecnológico do Cimento, proposto pela indústria para reduzir emissões de gases de efeito estufa. Recentemente, depois de exaustivo trabalho técnico da

ABCP para o convencimento das autoridades sobre o benefício da tecnologia, o coprocessamento foi objeto de nova resolução federal, que se adequou ao conceito de economia circular e uso sustentável dos recursos naturais.

Pouco antes desse novo marco regulatório, nos unimos a mais três importantes entidades setoriais – Abetre (tratamento de resíduos e efluentes), Abiogás (produção e aproveitamento do biogás) e Abrelpe (limpeza pública) – no lançamento da FBRER (Frente Brasil de Recuperação Energética de Resíduos), cujo objetivo é impulsionar a captação de energia a partir de rejeitos depositados em aterros sanitários. Ao nascer, a nova entidade já firmava com o Ministério do Meio Ambiente o Acordo de Cooperação para Recuperação Energética de Resíduos.

Outra linha de suma importância para a construção civil e para o país é a inovação tecnológica e aqui também a ABCP se faz presente. Além do trabalho realizado ao longo de oito décadas, buscando sempre soluções inovadoras e sustentáveis, contamos com uma estrutura laboratorial de

excelência a fim de promover o ensino continuado dos profissionais do mercado por meio de inúmeros cursos e congressos, inclusive em formato remoto (em 2020, durante a pandemia criamos a ABCPonLINE).

No ano passado, ao lado do SNIC, firmamos um convênio com a Escola Politécnica da USP para a criação de um hub de inovação e construção 4.0, o consórcio hubIC.

Ciente de seu papel como representante da indústria do cimento, temos nos empenhado em debater e tentar superar os gargalos que impedem o desenvolvimento pleno da construção brasileira (como a indefinição de marcos regulatórios, a necessidade de modernização de políticas públicas e a restrição a investimentos).

A ABCP é uma entidade irrequiesta, que não diminui seu ritmo e nem deixa de experimentar novas soluções e parcerias. Estamos prontos para desempenhar nosso papel e ampliá-lo quanto a sua importância, em defesa da indústria brasileira de cimento e da cadeia produtiva da construção civil que emprega o cimento e o concreto. ■